

Metas surpreendem o mercado

Analistas dizem que o Governo afrouxou o controle da inflação e pode favorecer a volta da indexação

Editoria de Arte

Sheila D'Amorim, Maria Luiza Abbott, Leandra Peres, Cristina Canas, Sueli Campo e Roberto Machado

BRASÍLIA, SÃO PAULO e RIO

O Governo anunciou ontem que a meta de inflação para este ano é de 8%, surpreendendo o mercado, que esperava um índice inferior. Para se precaver dos riscos de o Governo não conseguir cumprir esse objetivo, o Conselho Monetário Nacional (CMN) fixou uma margem de erro ampla, de dois pontos percentuais, para cima e para baixo. Isso significa que a meta para o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) do IBGE — indicador escolhido pelo Governo, acumulado em 3,76% até maio — poderá oscilar entre 6% e 10% este ano. O CMN também estabeleceu que a meta de inflação para 2000 é de 6% e de 4% para 2001, mantendo a mesma margem de dois pontos percentuais.

Os analistas criticaram as metas estabelecidas pela equipe econômica. Eles afirmam que o Governo afrouxou o controle sobre a inflação e corre o risco de provocar a volta da indexação. O ex-presidente do Banco Central (BC) Gustavo Franco afirmou que as metas não acrescentam nada à credibilidade do BC. O economista José Márcio Camargo, da Tendências Consultoria, disse que as metas estipuladas mostram que o próprio Governo desconfia do êxito do ajuste fiscal e que isso representa um sinal negativo para o mercado.

Armínio diz que há espaço para queda de juros

Já o presidente do BC, Armínio Fraga, afirmou que as metas mostram que ainda há espaço para queda nos juros, que estão em 21% ao ano:

— Ainda temos o viés de baixa e a percepção é de que com a inflação controlada será possível prosseguir com a redução dos juros.

Fraga disse ainda que o BC deverá diminuir gradualmente o nível dos depósitos compulsórios que os bancos são obrigados a fazer. Segundo ele, a idéia é reduzir principalmente aqueles que incidem sobre os depósitos a prazo.

A trajetória de queda nos juros, entretanto, está vinculada ao ajuste das contas públicas. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, fez questão de sublinhar a importância do ajuste fiscal:

— Nós sabemos que a credibilidade da proposta de ter inflação baixa por muitos anos está associada à credibilidade fiscal, à visão de que o Estado tem que viver dentro dos meios de que dispõe.

Com o novo sistema de metas de inflação, o índice de preços será controlado pelo BC que poderá subir ou baixar juros, restringir ou liberar o crédito e reduzir ou aumentar os depósitos compulsórios. O uso desses instrumentos será determinado pela expectativa de inflação, que poderá ser alterada por choques externos ou internos. Como o cenário ainda é de incertezas, o Governo optou por metas menos ousadas e garantiu uma margem de erro superior à dos países que já adotaram o regime.

— Como estamos sujeitos a choques que podem nos afetar, não vejo problema em ter uma margem maior — justificou Malan.

Para Armínio Fraga, a meta de 8% para o ano está acima do que a própria equipe econômica gostaria. No entanto, ele alega que isso terá um custo menor para a sociedade. Assim como Malan, Fraga negou que os países que adotaram esse sistema tiveram forte crescimento do desemprego nos primeiros anos de vigência do programa.

Segundo Armínio, a margem de dois pontos per-

O IPCA E O SISTEMA DE METAS DE INFLAÇÃO (EM %)

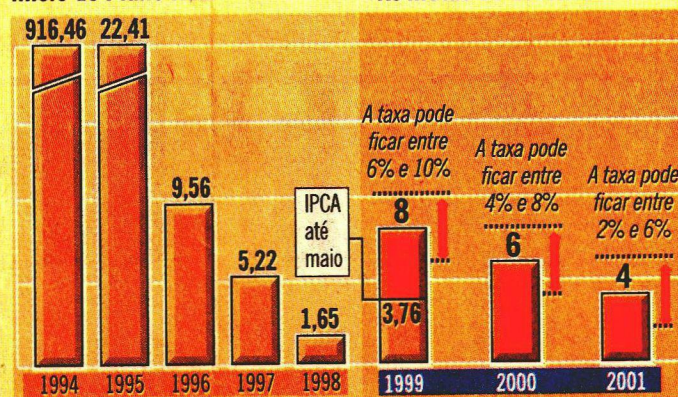
? O QUE É

O sistema de metas para a inflação é um modelo que submete a política monetária ao comportamento dos preços. O Governo anuncia metas para a inflação e se compromete a cumpri-las. Teoricamente, o Banco Central administra as taxas de juros e a oferta de crédito para manter a inflação sob controle

⚙️ COMO FUNCIONA

No caso brasileiro, o principal instrumento do BC para controlar a inflação será a taxa de juros, que deverá subir quando houver ameaça de aumento de preços, ou baixar, quando não houver riscos de a inflação disparar. Segundo o BC, uma mudança na taxa de juros produz efeitos sobre a inflação com defasagem de seis a nove meses. Por isso, está sendo criado um programa de

O IPCA desde o início do Plano Real



As metas do Governo



FONTE: IBGE e Ministério da Fazenda

monitoramento que permita a previsão do comportamento dos preços.



MARGEM DE ERRO

Em todos os países que adotam o sistema existe a possibilidade de a meta variar dentro de uma determinada faixa. Na Inglaterra, por exemplo, essa margem é de

um ponto percentual para cima ou para baixo. No Brasil, a margem de erro será de dois pontos percentuais. Ou seja, em 99, a meta é de uma inflação de 8%, mas poderá ficar entre 6% e 10%.



PARA QUE SERVE

O sistema vai ser a âncora da economia, ou seja, passa a

ser o parâmetro de referência para as expectativas em relação aos preços. Até a desvalorização, em janeiro, o câmbio foi essa âncora. Com o regime cambial flutuante, o Governo considera que as metas para a inflação são o sistema mais adequado.



RELATÓRIO

A cada três meses, o BC divulgará o chamado Relatório de Inflação, que vai apresentar as condições e as perspectivas das economias brasileira e internacional.



PAÍSES QUE ADOTAM

- | | |
|---------------|-----------|
| Nova Zelândia | Canadá |
| Inglaterra | Austrália |
| Israel | Espanha |
| Suécia | Coreia |
| Finlândia | Chile |
| | México |



O MINISTRO da Fazenda, Pedro Malan, ao lado de Armínio Fraga, anuncia as metas estipuladas para a inflação

centuais vai servir justamente para que o Governo possa minimizar o impacto de medidas que venham a ser adotadas, caso ocorra uma aceleração da inflação. Assim, se houver um choque externo, por exemplo, o Governo promete que terá uma fórmula que vai misturar alta de juros para conter a inflação e, ao mesmo tempo, mecanismos para manter o nível de atividade da economia.

— O intervalo de dois pontos nos permite definir quão rápido o Governo quer voltar à trajetória definida de inflação, no caso de um choque externo — explicou Fraga.

Preocupado com a imagem de que a equipe econômica não se preocupa com o crescimento da economia e com o desemprego, Malan insistiu que o sistema permitirá que a sociedade pague um custo menor pela estabilização.

— A preocupação com a inflação não é o único,

monocórdio objetivo do Governo, mas condição necessária para que outros objetivos sejam alcançados — disse Malan.

O mercado não aprovou as metas apresentadas ontem. Os índices foram considerados altos. Na avaliação de especialistas, as metas podem ser interpretadas como uma disposição em aceitar a elevação da inflação e podem representar um estímulo à volta da indexação. Gustavo Franco, um crítico do regime de metas, disse que a taxa estipulada para este ano pode agradar os que acham que “um pouquinho de inflação não faz mal a ninguém”. Ele acrescenta que essa meta não traz desafios e, por isso, não acrescenta “coisa alguma à credibilidade do Banco Central”.

— Admitir uma meta deste tamanho traz implícito o vírus da indexação. Existe o risco de os contratos e as negociações salariais usarem a inflação

de 8% como referência.

O economista José Márcio Camargo, analista da Tendência Consultoria Integrada, criticou as metas: segundo ele, o Governo adotou uma política frouxa e pode provocar a volta da indexação:

— As metas são folgadas demais e isso é um sinal ruim para o mercado: mostra que o próprio Governo tem dúvidas em relação ao ajuste fiscal.

Já a coordenadora do IPC do Dieese, Cornélia Porto, disse que a única justificativa para explicar índices tão altos seria a intenção do Governo de promover novo tarifaço no futuro:

— O perigo é todo mundo achar que pode reajustar preços com base nessas metas. A única coisa que diminui esse risco, agora, é a recessão

Fipe projeta inflação de 4% no ano que vem

O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, disse que os sindicatos vão brigar pela reposição das perdas salariais independentemente das metas fixadas. Heron do Carmo, coordenador da Fipe, concentra suas críticas nas taxas estipuladas para 2000 e 2001. Segundo ele, o Governo poderia ter definido uma meta de 5% para 2000. A Fipe está projetando variação de 6% neste ano, 4% em 2000 e 2% em 2001. Paulo Sidney Cota, da Fundação Getúlio Vargas, avalia que as margens são largas porque o Governo acredita na recuperação da atividade e na retomada de pressões inflacionárias.

— As margens de lucros das empresas estão reduzidas, em função da recessão. Como o Governo prevê a retomada da atividade, as margens serão recompostas porque os empresários vão repassar seus aumentos de custos para os preços — afirmou Cota, ressaltando que a fixação das metas abre espaço para futuras negociações salariais entre trabalhadores e empresários. ■